

# Estudo sobre a aplicação do conceito de fundo e fecho de pasto e das estratégias econômico-produtivas acompanhantes Estado da Bahia – Brasil

MISEREOR, Estudo 2258-Z1040-1243

Alvori Cristo dos Santos  
Carlos Walter Porto-Gonçalves



Produção de rapadura no Território Fundo e Fecho de Pasto Brejos da Barra

## RESUMO EXECUTIVO



O início do estudo, Território Várzea Grande, Município Oliveira dos Brejinhos



Bahia, novembro de 2018.

As populações tradicionais Fundo e Fecho de Pasto – FFP, no Brasil, são encontradas no Brasil em estados dos Biomas Cerrado e Caatinga, vivendo, há mais de 200 anos, de um modo de vida típico de amplas regiões do semiárido nordestino brasileiro e do clima tropical de savana que se caracteriza sobretudo pelos criatórios animais de áreas de uso comum (os gerais). De organização recente como movimento social, no estado da Bahia possui um coletivo de representantes de comunidades de diferentes regiões de organização histórica. As comunidades de fundo e fecho de pasto mergulham suas origens, como afirmam e indicam vários pesquisadores, nos povos indígenas, nas populações negras que fugiam dos latifúndios escravocratas e ainda nos brancos europeus pobres, sobretudo dos conhecidos vaqueiros.

### **Contexto e Ameaças**

É importante destacar neste início de contextualização e das ameaças ao modo de vida FFP três elementos estruturais vividos atualmente, a cerca de 2 gerações: o primeiro sobre a fase recente distinta e conservadora do desenvolvimento capitalista na região, a segunda sobre o papel determinante e distinto do estado assumindo o protagonismo dos projetos de desenvolvimento, e o terceiro elemento sobre a possibilidade de impactos estruturais ao modo de vida pela fragmentação de territórios.

As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto pesquisadas nos fizeram ver que na geografia da sociedade baiana diversos tempos se encontram, se confrontam.

Nas entrevistas feitas em campo foi possível constatar, ainda, como as comunidades vivem o contraditório processo de desenvolvimento em curso, sobretudo pelo aumento da pressão sobre suas terras e territórios em função da abertura de estradas, da chegada de investimentos com financiamento e crédito para a agricultura e a exploração mineral de exportação e/ou para a produção de energia hidrelétrica, solar e eólica. A legítima e necessária busca de energias limpas, como a solar e a eólica, que a humanidade como um todo se vê impelida diante do colapso ambiental em curso, não pode se fazer ignorando os impactos que gera nas comunidades camponesas onde se instalam dividindo fisicamente comunidades, quando não famílias e suas roças-quintais e criatórios comuns.

Para os povos e comunidades tradicionais há um novo ciclo de acumulação e de desenvolvimento que vem acompanhado de insegurança e violência, sobretudo pela não discriminação das terras públicas que ocupam tradicionalmente com seus fundos e fechos de pasto que vêm sendo ameaçadas pela grilagem. Essas comunidades lutam pela afirmação das suas territorialidades que vêm conformando há séculos.

Em vários depoimentos colhidos na pesquisa, os anos 1960/1970 aparecem como marco do início da intensificação de conflitos. A pesquisa revelou que as comunidades dos territórios, a partir das ameaças que passaram a sofrer, passaram a desenvolver várias estratégias de autodefesa, entre elas o cercamento de áreas com fragmentação dos territórios.

Registre-se que, desde os anos 1990, a luta dessas comunidades vem se contrapondo ao princípio colonial do paradigma tradicional de *combate à seca* que comanda as ações políticas governamentais. Junto com entidades parceiras, sobretudo o IRPAA e a CPT afirmam outro paradigma, o da *convivência com o semiárido* que dialoga com o legado cultural das comunidades camponesas.

Enfim, há um longo processo de adaptação criativa que não só recria práticas culturais milenares indígenas, mas também assimila, por exemplo, o caprino (o bode), uma espécie animal introduzida ainda no período colonial. Isso nos permitiu avançar o conceito de caatinga cultural

seguindo de perto as pegadas científicas de Darell Posey e William Balée que nos falam de floresta tropical cultural úmida para se referirem à convivência dos povos com a floresta amazônica e também o líder camponês-seringueiro Chico Medes (1944-1988) que afirmara que “não há defesa da floresta sem os povos da floresta”, que chamava a atenção para a importância do conhecimento tradicional para a reprodução dos biomas.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, entre 1985 e 2017 foram registradas 3.255 ocorrências de conflitos no campo na Bahia, sendo que aproximadamente a metade (47%), ou seja, 1.529 foram conflitos por terra e território. Nesses 33 anos de registros a Bahia apresentou uma média de 98,6 ocorrências de conflitos por ano, sendo pouco que mais da metade, isto é, 46,3 conflitos foram conflitos por terra e território.

A maior parte das comunidades pesquisadas indicam sua origem no período anterior à 1920. Apesar de todo um conjunto de conceitos nativos – gerais, solta, larga, malhada, tabuleiro, retiro, fundo e fecho de pasto - para designar as práticas de uso comum das condições necessárias à produção/reprodução da vida (solo/água/caatingas/cerrados/brejos) essas populações não se autodesignavam como camponeses de fundo ou de fecho de pasto até muito recentemente, nos anos 1980. No Brasil, as populações tradicionais ocupam uma área estimada de aproximadamente 200 milhões de hectares com uma população total estimada em 6 milhões de habitantes.

Quadro: Populações Tradicionais – Estimativa de População e Área no Brasil.

<b>Natureza do Grupo</b>	<b>Área em hectares</b>	<b>População</b>
<b>Indígenas</b>	113.500.000	1.000.000
<b>Quilombolas</b>	35.526.000	2.000.000
<b>Comunidades Tradicionais<sup>1</sup></b>	50.000.000	3.000.000
<b>Total</b>	199.026.000	6.000.000

Fonte: CIMI, ISA, CONAQ, INCRA e CNPCT.

As comunidades tradicionais Fundo e Fecho de Pasto, se viram, nas circunstâncias, induzidas a limitar suas demandas territoriais a 2.500 hectares sob alegação que terras acima desse limite deveriam ser autorizadas previamente pelo Congresso Nacional (Constituição Federal, 1988, Art. 188, § 1), quando instrumentos relativos à Reforma Agrária habilitavam a destinação de glebas acima de 2.500 hectares. E, mais, em 19 de abril de 2004, o Brasil assumiu a Convenção nº 169 através do Decreto nº 5.051 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada em Genebra em 1989, e por sua vez estabelece direitos distintos à terra e ao território.

O governo federal do Brasil através do Decreto nº 6040/2007 estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e define Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados. Em 2016, através do Decreto Federal 8.750, institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais que, em seu Artigo 4, inclui explicitamente em sua composição as Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto.

<sup>1</sup> Segundo a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais constituem esses povos, além dos Indígenas e dos Quilombolas, os Sertanejos, os Seringueiros, as Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, os Extrativistas, os Faxinalenses, as Pescadoras e os Pescadores Artesanais, os Povos e Comunidades de Terreiro, os Povos Ciganos, os Pantaneiros, as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, os Caiçaras e as Comunidades do Cerrado.

Na Bahia, a Lei 12.910/2013 estabelece novas regras para se declarar a existência das comunidades de fundos e fechos de pasto enquanto comunidades tradicionais, cujo conteúdo foi contestado oficialmente pela Articulação Estadual das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto sobre concessão e uso. Além disso, a Lei estabelece o prazo de 31 de dezembro de 2018 para que as comunidades sejam certificadas.

Até 23 de julho de 2018, segundo Ofício CPPCT nº 014/2018 endereçado à Central de Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, o órgão do governo estadual da Bahia (SEPROMI) informa que até essa data 394 comunidades haviam sido certificadas em 37 municípios baianos. A tensão política contra o reconhecimento de todos esses estatutos legais em seus diferentes níveis federal e estadual ganharia ainda um novo grau de intensidade com o Decreto Estadual Nº 17.471/2017 que transfere a competência para certificação dessas comunidades diretamente ao Governador.

Nos territórios, como vimos, a ameaça mais comum observada na pesquisa foi justamente a grilagem de terras que deriva, no fundo, da não-discriminação das terras devolutas por parte dos diferentes governos que ocuparam o estado.

### **Metodologia**

O primeiro desafio com que nos deparamos, logo depois de uma leitura atenta da literatura sobre Fundos e Fechos de Pasto, foi encontrar um marco teórico-conceitual e uma metodologia adequada para o estudo das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto. As bases comunitárias remeteram não a família individual, mas a família ampliada-território. As 10 comunidades indicadas ao estudo foram estudadas como territórios.

Surge a ferramenta “**mosaico de territórios**” conectando territórios e municípios pela presença significativa modo de vida Fundo e Fecho de Pasto. O “mosaico de territórios” sugere a possibilidade da extensão das áreas FFP no estado da Bahia de cerca de 30.468.498 hectares, e área equivalente a 46,88% de todo estado da Bahia de nos Biomas Caatinga e Cerrado. Cerca de 10% a 15% deste território com caatinga retirada e substituída por diferentes usos: agricultura familiar, assentamentos de reforma agrária, e agricultura empresarial. A unidade de análise **conectividade do território** tornou-se ferramenta metodológica.

Figura: Mapa Geral dos municípios do estudo no “mosaico de territórios”.



Fonte: Google Earth, 2018.

O segundo momento metodológico identifica qualidades metabólicas das relações produtivas econômicas (econômico - culturais) com destaque para casas-roças e principalmente pelos caminhos do bode e/ou do boi do criatório nas soltas. Isto nos levou a recorrer ao conceito de **ecologias culturais** onde cada ecossistema é visto como culturalmente adaptado pelo modo de vida, enfim, na sua conservação - a condição de reprodução dos territórios, e, portanto, do modo de vida. As diferenças e semelhanças em contexto, dos ecossistemas e dos territórios, permite diferenciar ações estratégicas de organização, acompanhamento técnico e jurídico pelo melhor uso.

O terceiro momento metodológico investigou as condições metabólicas de produção e reprodução da vida. Foi dimensionando a condição de segurança alimentar pelo consumo e comercialização, a reprodução socioeconômica pelo valor de produção gerado, e as condições de cuidado do meio ambiente por ativos ambientais presentes.

As **entrevistas coletivas e individuais** foram, assim, conduzidas para o diagnóstico da produção em suas diversas expressões incluindo a renda do território. Foram feitas também entrevistas institucionais com dirigentes de organizações, além do roteiro de campo no território. Cada momento-entrevista diagnosticava o mapa do território pelos caminhos do bode e do boi e pelas relações produção/reprodução internas e externas ao território. As principais cadeias produtivas de comercialização foram quantificadas assim como os principais fluxos de funcionamento: a área de uso das roças, do extrativismo e criatórios; o tamanho do rebanho e seus indicadores zootécnicos; os fluxos de trabalho; os fluxos de caixa econômicos; os fluxos de fauna e flora; as relações comunitárias; a organização social e política (STRs, Associações, cooperativas); as cooperações com entidades de apoio; a linha do tempo da comunidade-território identificando suas ameaças e seus conflitos.

Foram realizadas entre 7 a 10 entrevistas individuais e grupos de família por território, e uma entrevista comunitária ampliada. Entrevistas com lideranças e instituições qualificavam o processo. Relações comunitárias entre famílias no uso comum pelos criatórios, das roças individuais, no trabalho, no compartilhamento de equipamentos e construções como casas de farinha qualificaram e consolidaram o território comunitário como unidade de análise. As relações econômicas internas de cada território no beneficiamento e comercialização ampliam esta perspectiva metodológica.

**A amostragem** dos 10 territórios estudados, **representa** nas regiões Centro Oeste e Norte do estado da Bahia, **a organização histórica, a diversidade e complexidade**. Territórios ainda ampliados geograficamente, conectados cultural e economicamente, diferenciam-se de outros fragmentados em contexto de distintas ameaças e impactos estruturais recentes e históricos. A avaliação final entre as entidades de apoio e lideranças da organização estadual Fundo e fecho de Pasto considerou os 10 territórios representativos.

## **Resultados**

Os resultados do estudo demonstram a produção/reprodução sustentável dos territórios Fundo e Fecho de Pasto no contexto das ameaças dos projetos de desenvolvimento ao seu modo de vida. Lições apreendidas são destacadas a orientar processos de acompanhamento e assessoria. A primeira lição apreendida fortalece a tese sobre um modo de vida e produção distinto, cujas capacidades revelam condições de segurança alimentar, de dinamização das economias locais e regionais, e de cuidado do meio ambiente com ativos ambientais.

As comunidades e famílias estudadas formando territórios conectadas geográfica e culturalmente, o “mosaico de territórios”, consolidaram, para o estudo, o território como unidade

de análise e ferramenta metodológica, destacando nova lição apreendida. Na parte Centro-Oeste do mosaico (Angico dos Dias, Brejos da Barra, Jacurutu e Brejo Verde) sugere territórios com maior conectividade e ameaças externas cujo impacto não modificou significativamente o modo de vida, no contexto recente.

Figura: Territórios do estudo no Mosaico de Territórios de Fundo e Fecho de Pasto do estado da Bahia.



Fonte: Google Earth, 2018.

Para o estudo, **4 elementos de funcionamento** do território (variáveis componentes) foram considerados estruturais para determinar os resultados produtivos, econômicos, ecológicos: as características de conectividade do território, o ecossistema cultural, o acesso à água e as ameaça externas dos projetos de desenvolvimento convencionais.

#### “O território e o mosaico de territórios”

A relação entre as variáveis de funcionamento do território sugere que a fragmentação do território, como o reduzido número de famílias conectadas, pode determinar diferentes resultados produtivos, econômicos e ambientais.

Quadro: Área, Famílias e Comunidades Conectadas e Articuladas dos territórios.

Municípios	Território	Famílias conectadas	Área (há)	Comunidades conectadas
Oliveira dos Brejinhos	Várzea Grande	60	10.500	1
Casa Nova	Areia Grande	365	76.736	4
Campo Alegre de Lourdes	Angico dos Dias	480	21.262	5
Curaçá	Canabrinha	36	7.076	7 a 11
Canudos	Bom Jardim	42	10.128	5
Caetité	João barroca	114	12.105	4
Santa Maria da Vitória	Jacurutu	45	5.548	1
Correntina	Brejo Verde	400	37.602	4
Barra	Brejos	3.049	459.000	58
Mirangaba	Maparium	349	4.286	4

Os territórios Areia Grande, Angico dos Dias, Brejo Verde, Brejos da Barra possuem mais de 200 famílias conectadas e destacam a condição ampliada de reprodução e manutenção do modo de vida (água, ecossistema cultural, ameaças). As diferenças de cada território relacionadas ao número de famílias e número de comunidades conectadas e a área de uso são determinantes como variáveis não somente relacionadas, mas correlacionadas entre si. Nos territórios Várzea Grande e Jacurutu, com número menor do que 100 famílias conectadas em territórios isolados (cercados) a mais de 40 anos, características de instabilidade a manutenção do modo e vida foram identificadas. Os Territórios Canabrinha e Bom Jardim, apresentados no quadro anterior com reduzido número de famílias possuem evidências de um maior número de famílias conectadas.

### **“As condições sociometabólicas dos ecossistemas culturais”**

O modo de vida dessas comunidades concebeu e construiu práticas de vida e condições de produção/reprodução, em profunda consonância com a ecologia da paisagem da caatinga e cerrado, e sugerem intensa resiliência produtiva e ecológica.

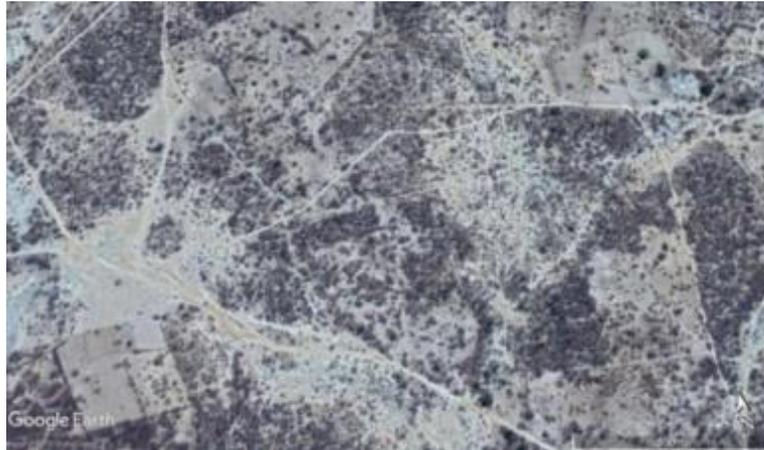
A diferenciação dos ecossistemas culturais, destaca para as situações 1, 4, 5, 7 e 9 a seguir, um grupo em condições mais restritas incluindo a possibilidade do sobre pastoreio e a perda do potencial determinado por características ecológicas, restrições hídricas e ameaças/fragmentação dos territórios.

- (1) Território Várzea Grande, município Oliveira dos Brejinhos, região Centro Oeste: *Caatinga Baixa*.
- (2) Território Areia Grande, município de Cidade Nova, região Norte: *Caatinga Mole*.
- (3) Território Angico dos Dias, município de Campo Alegre de Lourdes, região Norte-Noroeste: *Caatinga Alta*.
- (4) Território Canabrinha, município de Curaçá, região Norte-Nordeste: *Caatinga de Tabuleiro*.
- (5) Território Bom Jardim, município de Canudos, *Caatinga de Tabuleiro*.
- (6) Território João Barroca, município de Caetité, encontramos os *Gerais*.
- (7) Território Jacurutu, município de Santa Maria da Vitória - “Os Fechos de Pasto” no *Cerrado Denso*.
- (8) Território Brejo Verde, município de Correntina - “Os Fechos de Pasto” no *Cerrado de Denso para Ralo*.
- (9) Território Maparium, antes Mangabeira, município de Mirangaba, próximo de áreas de caatinga rala, a *Caatinga Rala Próxima da Serra*.
- (10) Território Brejos da Barra, município de Barra, a *Caatinga do Brejo*.

As imagens de satélite a seguir, comparam a população arbórea das caatingas de dois territórios. A imagem do Território Várzea Grande, município de Oliveira dos Brejinhos, permite contabilizar entre 30 a 300 árvores em 1 hectare de área.

As características atuais da Caatinga Baixa do Território Várzea Grande representam, além de características específicas de restrição ecológica e climática, o histórico de ameaças estruturais de grande impacto sobre o modo de vida e a provável necessidade de repovoamento de flora e fauna.

Figura: Caatinga Baixa do Território Várzea Grande, município de Oliveira dos Brejinhos.



Fonte: Google Earth 2018.

A imagem a seguir do Território Areia Grande, município de Cidade Nova, da Caatinga Mole, possui a população mais adensada e pode ser superior a 3.000 árvores adultas por hectare. Entre suas características constatou-se que não seca mesmo nos períodos de maior restrição hídrica (maio – setembro) e mantém as folhas o ano todo sem cair.

Figura: Caatinga Mole, Território Areia Grande, município de Casa Nova



Fonte: Google Earth 2018.

As diferenças atuais das caatingas e cerrados em diversidade e número de população arbórea permitiram observar características de manutenção da condição de hábitat, seja como grande fragmento florestal, seja cumprindo o papel de corredor ecológico entre fragmentos florestais. As comunidades identificaram, e confirmaram atualmente, a presença de 299 árvores de uso de cerca de 197 espécies da Caatinga e do Cerrado (Anexo 2) e 98 espécies da fauna avistadas (Anexo 3). Foram descritos também avistamentos recentes de espécies de felinos de grande porte. Em todos os territórios os potenciais ativos ambientais identificados qualificam serviços ambientais relacionados à água, solo e biodiversidade. Os potenciais serviços ambientais incluem a possibilidade da condição de balanço positivo de carbono.

### “O acesso à água”

O terceiro elemento estrutural que condiciona o resultado do estudo está relacionado ao acesso a água. O estudo foi realizado sobre o ano 2017-2018 (um ciclo produtivo do período de seca do semiárido 2011 a 2018), que se repetem a cada período de tempo segundo as comunidades. O ano 2017-2018 foi considerado de boa chuva e encerrando o período de seca.

A avaliação das comunidades sobre o acesso a água incluiu algumas afirmações estruturais importantes: a queda de precipitação é, historicamente crescente; a distribuição e ocorrência se modificaram; alguns produtos importantes das roças como feijão, mandioca e milho já não são mais cultivados em alguns territórios, ou encontram-se em condição restritiva acentuada de permanência no sistema de produção em outros territórios.

As quedas de produção de cada território, identificada no quadro anterior, em proporções percentuais foram determinadas pelas quedas de produção dos produtos das roças (feijão e farinha de mandioca), e pela capacidade de armazenamento efetiva das estruturas de cisternas e avaliadas nas comunidades no período de seca de 2011 a 2018. As comunidades dos territórios construíram estratégias de convivência para os períodos de seca com destaque para a ampliação da produção de bode e os estoques dos criatórios.

**Quadro: Características do acesso a água dos 5 territórios da região Norte, Bioma Caatinga.**

Qualificações do acesso à água	Várzea Grande	Areia Grande	Angico Dias	Canabrinha	Bom Jardim
Chuvvas diminuindo ano/ano	x	X	x	X	x
Distribuição anual irregular	x	X	x	X	x
Distribuição territorial irregular	x	x	x	X	x
Fontes secaram	x				
Cursos d'água diminuem	x		x		
Cabeceiras recuam			x		
Riachos secaram	x	x		x	
Lagos secaram	x				
Milho saindo do sistema	x			x	x
Milho produz só parte aérea	x	x			
Não produz semente de milho	x	x			
Mandioca saiu do sistema	x			x	x
Feijão em risco	x			x	x
Queda produção roças	Até 90%	Até 70%	Até 70%	Até 90%	Até 90%
Queda produção criatório	Até 30%	Até 30%	Até 30%	Até 30%	Até 30%

A figura a seguir apresenta um histórico de enchimento da estrutura de cisternas pela chuva construído no Território Areia Grande. Situações semelhantes ocorreram em todos os territórios. No período 2010 – 2018 em um único ano (2017/18) as estruturas de cisterna calçadão (59.000 litros) foram enchidas em 100%.

Figura: Capacidade de enchimento da cisterna calçadão, 2017-2018.



Considere-se que, apesar da reiterada questão da seca, que tanto marca a questão da seca no semiárido brasileiro, esta região apresenta, entre as regiões semiáridas do mundo grande população humana, o que permite considerar larga tradição de convivência e da construção de agriculturas próprias e resilientes.

#### **“O marco zero das ameaças ao modo de vida”**

As ameaças promovidas pelos projetos de desenvolvimento são consideradas elementos diferenciadores da condição de manutenção do modo de vida dos territórios.

Nos territórios Várzea Grande, Jacurutu e Maparium o marco zero das ameaças ocorreu a mais de 40 anos, são antigas grilagens diretas de longo tempo histórico, e associadas a projetos de desenvolvimento de pecuária convencional em pastagens plantadas. Entre as consequências a fragmentação do território, o cercamento de parte do território. Nos territórios Angico dos Dias e João Barroca o marco zero das ameaças ocorreu no tempo recente, entre 5 a 10 anos, por desapropriação oficial pelo estado para empresas mineradoras. Entre as consequências a perda de rebanhos e o impedimento de uso das áreas comuns dos criatórios.

No território Brejo da Barra o marco zero das ameaças ocorreu no tempo recente, entre 5 a 10 anos, e foi caracterizado por grilagem cartorial. Entre as consequências a necessidade de mobilização e ações de disputas legais com elevados custos diretos e indiretos para as comunidades e entidades de apoio.

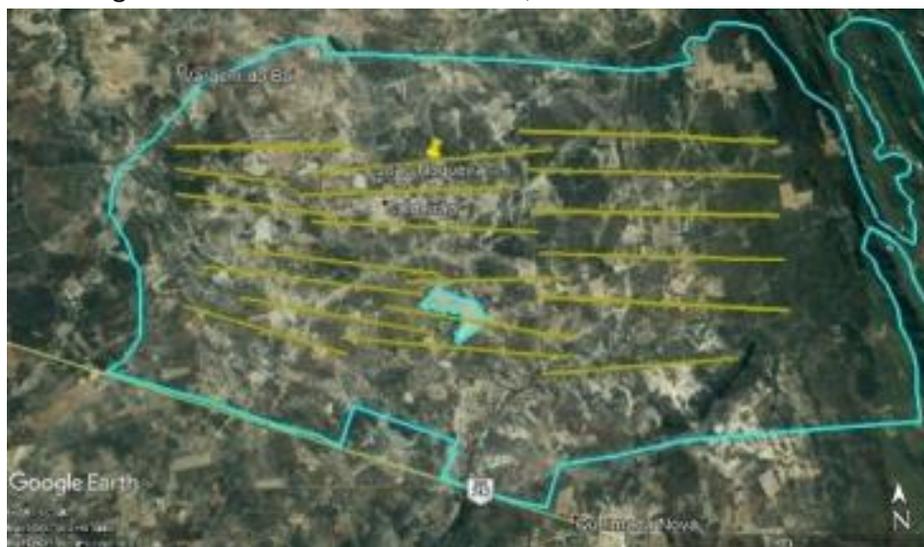
Nos territórios Areia Grande, Brejo Verde, Bom Jardim, Jacurutu o marco zero das ameaças ocorreu no tempo histórico e recente, entre 5 a 40 anos, e caracterizado por sucessivas tentativas de grilagens e uso da água nas cabeceiras (nascentes) dos fechos de pasto. Entre as consequências a necessidade de mobilização, enfrentamentos e ações de disputas legais com elevados custos diretos e indiretos para as comunidades e entidades de apoio.

Diferentes marcos históricos de ameaças ocorrem em um mesmo território e não representam um único processo ocorrido, somente destaca, para este estudo, especificidades relacionadas a condição dos impactos atuais a determinar e/ou condicionar os resultados. Na grande região do “Mosaico de Territórios” Fundo e Fecho de Pasto a forte pressão sobre o modo de vida pode ter determinado mudanças nas práticas ancestrais, com redução de roçados e criatórios em parte manejados em pastagens cultivadas e cercadas onde o ecossistema foi retirado. Nos

criatórios extrativistas da solta com manutenção do extrato arbóreo o animal mantém e/ou ganha peso com baixos custos e menor demanda de trabalho.

No Território Várzea Grande os caminhos do bode foram alterados. A cerca de 40 anos, são menores, entre 2 e 5 km, uma provável característica de território fragmentado e cercado da caatinga baixa, de restrição ecológica e hídrica específica e, para este território com pequena população arbórea.

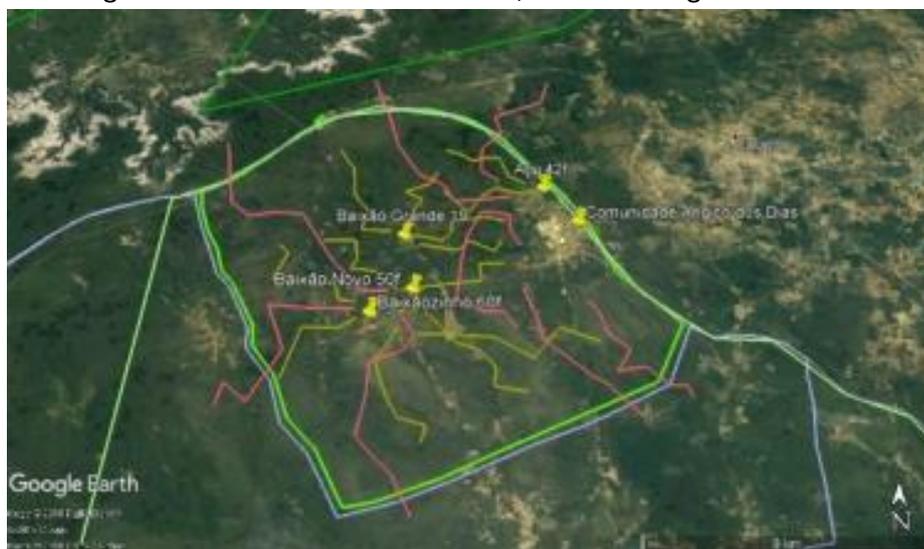
Figura: Caminhos do bode e do boi, Território Várzea Grande.



- 3 a 4 tipos de caminhos do bode, mais de 60% das trilhas em distâncias menores de 3 km.

No Território Angico dos Dias os bodes caminham entre 4 e 7 km, são cerca de 480 famílias conectadas no território, sem cercas, o ecossistema cultural com ampla condição de fornecer recursos naturais, acesso mais favorável a água com proximidade do Cerrado, e ameaça recente de grande impacto.

Figura: Caminhos do bode e do boi, Território Angico dos Dias.



Trilhas de cor marrom caminhos do bode, trilhas de cor roxa caminhos do boi.

### “Produção/reprodução das famílias em seus territórios”

Nos criatórios as diferentes lotações dos rebanhos permitem observar qualidades das práticas produtivas seculares e de mudanças atuais intensificando processos e práticas sócio produtivas e culturais. No Território Areia Grande, lotações de 0,07 cabeças de boi + 0,07 cabeças de ovelhas + 0,2 cabeças de bode por hectare, com capacidade de intensificação sem modificar o modo de produção ancestral, pode ser considerada uma referência de bom desempenho, estável e resiliente no contexto atual para o ecossistema cultural caatinga mole. Nos territórios Canabrinha e Várzea Grande, com restrições ecológicas, climáticas acentuadas, lotações superiores a 0,3 cabeças de caprinos e ovinos por hectare, sugerem menores indicadores de produtividade relacionados ao período de terminação maiores de 1 ano, taxa de nascimento de gêmeos menores do que 20% e custos elevados.

O Território Brejos da Barra possui taxa de lotação de bovinos na Caatinga dos Brejos abaixo de 0,1 cabeças por hectare, período de terminação de cerca de 15 a 20 arrobas de 15 kg entre 5 a 8 anos. No entanto, o período de solta superior a 11 meses por ano e baixos custos (menores do que 10%) determinam resultados finais ampliados e resilientes.

O quadro a seguir apresenta resultados de produção em kg/território/ano (1) e kg/família/ano (2) dos 10 territórios. É importante destacar que o indicador de produtividade por família de cada território somente é possível no modo de vida comunitário.

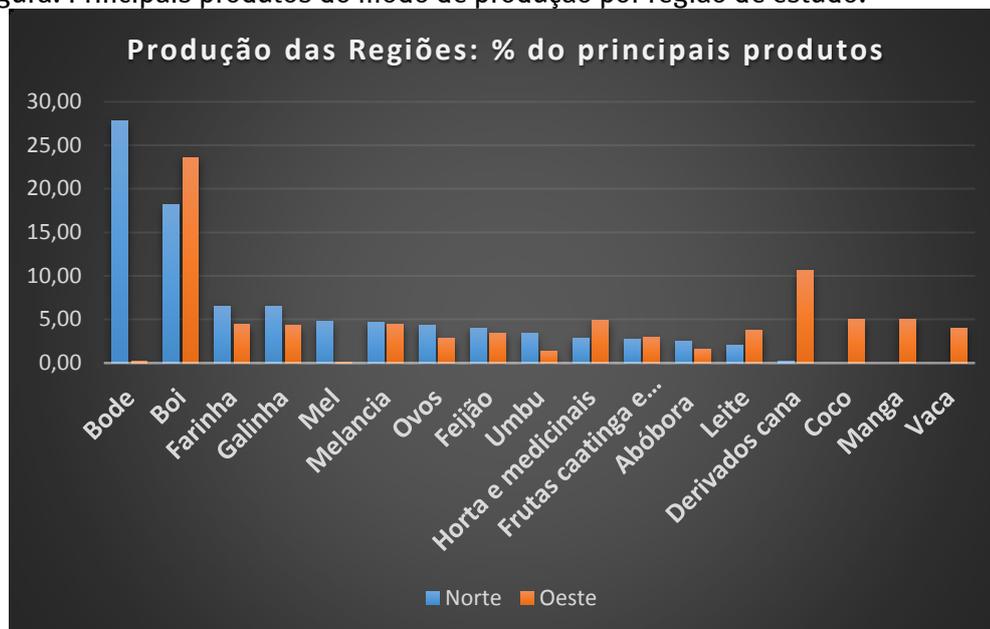
Entre os 10 territórios estudados **a maior produção por unidade produtiva família (volume físico) se deu no território Brejo da Barra**. Foram cerca de 3.283 kg de alimentos produzidos por família-território, ano produtivo 2017-2018, totalizando cerca de 10.091.942 kg de alimentos no território por cerca de 3.074 famílias. As famílias conectadas geográfica e culturalmente na ecologia cultural da Caatinga dos Brejos, com acesso permanente a água e em contexto de ameaças históricas recentes sem impactos diretos atuais tem garantido produção e resiliência ao sistema de produção das roças nos brejos e criatório de baixo custo.

Quadro: Volumes de produção dos territórios.

Município	Território	Famílias	Pessoas	Produção Território (1)	Produção Família (2)	Produção
Oliveira dos Brejinhos	Várzea Grande	60	180	51.240	854	Bode, boi, roça
Casa Nova	Areia Grande	365	1.460	1.105.220	3.028	Bode, boi, roça
Campo Alegre de Lourdes	Angico dos Dias	480	1.920	733.920	1.529	Bode, boi, roça
Curaçá	Canabrinha	36	144	29.844	829	Bode, boi, roça
Canudos	Bom Jardim	42	168	32.970	785	Bode, boi, roça
Caetité	João Barroca	114	342	148.998	1.307	Boi, roça
Santa Maria da Vitória	Jacurutu	45	225	66.375	1.475	Boi, roça
Correntina	Brejo verde	400	1.200	804.000	2.010	Boi, roça
Barra	Brejos	3.074	12.296	10.091.942	3.283	Boi, roça
Mirangaba	Maparium	349	1.396	368.195	1.055	Boi, roça
<b>Totais</b>		<b>4.965</b>	<b>19.331</b>	<b>13.432.704</b>		

O território **Várzea Grande** onde permaneceram conectadas 60 famílias de território, fragmentado em cerca de 50% a 40 nos, cujos impactos pressionam o ecossistema cultural, levaram a comunidade, sem acesso à água de forma mais permanente, a buscar alternativas como a suplementação de alimentação com pastagens cultivadas e rações elevando os custos de produção e reduzindo ativos ambientais.

Figura: Principais produtos do modo de produção por região de estudo.



Os territórios Canabrinha e Bom Jardim estão localizados em regiões de maior restrição hídrica. Os territórios Angico dos Dias, João Barroca e Maparium estão na atualidade sob pressão de fragmentação dos territórios com impedimento de acesso pelos criatórios às áreas de solta.

A produção entre os territórios da Região Norte com Criatórios de Bode, Ovelha e Boi (Várzea Grande, Areia Grande, Angico dos Dias, Canabrinha, e Bom jardim), e do Oeste com Criatórios de Boi (João Barroca, Jacurutu, Brejo Verde, Brejos da Barra, Mirangaba) é apresentada na figura e quadro a seguir destacando os principais produtos e grupo de produtos de cerca de 70 diferentes produtos diagnosticados (cerca de 17 produtos são comercializados).

Na região Norte, o grande destaque é o bode (e ovelha). No Território Brejo Verde – Correntina, o destaque foi para a criação de bovinos com terminação exclusiva de vacas, o mel é produzido em escala no Território Areia Grande – Casa Nova. Os produtos derivados de cana (rapadura e cachaça e açúcar de forma) são característicos dos Territórios Brejos, Jacurutu e Brejo verde.

Considerando os 4 elementos de funcionamento de um território (conectividade do território, ecossistema cultural, água, ameaças) a condição de resiliência/reprodução do “modo de vida fundo e fecho de pasto”, entre os 10 territórios, permite a diferenciação de três situações em contexto:

A – Areia Grande, Brejo Verde e Brejos da Barra - **Condição Ampliada** de Produção/Reprodução;

B – Várzea Grande, Angico dos Dias, Canabrinha, Bom Jardim e Jacurutu - **Condição de Resistência** de Produção/Reprodução;

C – João Barroca e Maparium - **Condição de Risco** de Produção/Reprodução;

Os territórios do Grupo A conseguem, no contexto atual, relações em maior equilíbrio sóciometabólico dos elementos diferenciadores da condição de manutenção do modo de vida. Destaca-se entre os 4 elementos de funcionamento (gestão) a conectividade física e cultural entre comunidades e o número de famílias.

Os resultados produtivos e econômicos diferem entre os territórios por elementos chave importantes. O primeiro destes elementos chave está relacionado aos preços e custos. Os preços maiores dos territórios Várzea Grande, Areia Grande, Angico dos Dias, Canabrinha e Bom Jardim são explicados pela comercialização representativa de bode a preços em média de R\$ 10,00 o kg. Os menores preços dos territórios Brejo Verde, Jacurutu, Brejos da Barra e Maparium são explicados em parte importante pela comercialização acentuada de produtos da roça e por produzirem em seus criatórios somente boi.

Quadro: Preços e custos de produção praticados no fluxo de caixa da economia.

Território	Produção (kg/ano/família)	Valor (R\$/ano/família)	Preço (R\$/kg)	Custos (%/preço)
	kg/ano	R\$/ano	R\$/kg	%/preço
Várzea Grande	854	4.727,50	5,54	30,1
Areia Grande	3.028	17.680,00	5,84	10,8
Angico dos Dias	1.529	7.595,00	4,97	11,7
Canabrinha	829	5.110,00	6,16	13,7
Bom Jardim	785	4.561,00	5,81	11,6
João Barroca	1.307	6.142,00	4,70	34,0
Jacurutu	1.475	5.646,00	3,83	37,2
Brejo Verde	2.010	6.827,50	3,40	33,4
Brejos da Barra	3.283	9.800,00	2,99	9,2
Maparium	1.055	2.886,65	2,74	28,1

Os custos de produção foram calculados quantificando os principais desembolsos anuais em insumos tecnológicos e destinados a manutenção de reposição da estrutura do sistema produtivo. Os Territórios cujos custos são superiores a 15% sobre os preços recebidos, via de regra, podem indicar mudanças estruturais no sistema produtivo por novas práticas produtivas e uso de tecnologias (insumos) dependente de custos de aquisição no mercado. As situações de **mudanças** nas práticas produtivas tradicionais (investimentos/novos insumos), além de elevar os custos de produção de forma direta, **podem ampliar o tempo de trabalho, e progressivamente condicionar pressões sobre a ecologia da caatinga e cerrado.**

O segundo elemento chave relaciona-se à relação entre o valor monetário e não monetário produzido nos 10 territórios. Foram cerca de R\$ 53.090.270, produzidos no ano 2017/2018 representando mais de 18% do PIB Agricultura dos 10 municípios sede dos territórios produzidos por cerca de 10,7% do pessoal ocupado.

A superioridade dos resultados econômicos dos territórios em relação à agricultura convencional dos municípios inclui a maior capacidade de gerar trabalho considerando que entre os territórios foi diagnosticado cerca de 60% do pessoal residente nos territórios ocupados na agricultura. O IBGE considerou cerca de 27%, entre os 10 municípios.

Quadro: Quadro dos resultados econômicos em relação ao PIB Agricultura.

	Municípios	Territórios
<b>População</b>	379.027	19.331
<b>Pessoal ocupado (pessoas)</b>	102.047	11.599
<b>PIB Agricultura (em R\$/ano)</b>	283.857.000,	53.090.270,
<b>Proporção do PIB Agricultura (%)</b>	100	18,7
<b>Proporção Pessoal Ocupado (%)</b>	100	10,7
<b>Produtividade econômica trabalho (R\$/trabalhador/dia)</b>	8,92	15,64

- Fonte: Dados municipais IBGE (PIB 2015, População 2016, Pessoal Ocupado Censo Agropecuário 2017).

Quando analisamos a **produtividade econômica do trabalho** o resultado dos territórios foi cerca de 75% superior, ou R\$ 15,64 por dia de trabalho comparados a R\$ 8,92 para a agricultura dos 10 municípios sede (IBGE).

Ainda em relação à capacidade econômica dos territórios, o estudo diagnosticou a renda da produção (renda agrícola) representando entre 30% e 60% da renda familiar entre os 10 territórios estudados. Desta forma o valor da produção (renda agrícola bruta) dos 10 territórios, no ano de 2017/2018, de cerca de R\$ 53.090.270, se for considerada em média cerca de 45% da renda total, permite considerar que - a capacidade de organização - dinamizou o total de recursos equivalente a cerca de R\$ 120.000.000,00 superior em mais de 100% da sua contribuição na produção agricultura. A origem das rendas parcialmente agrícolas e não agrícolas dos territórios é, principalmente, de políticas sociais (bolsa família, benefícios saúde, aposentadoria, outros) e projetos de desenvolvimento (crédito rural, seguro safra principalmente).

A capacidade de produção de segurança alimentar agregada por potenciais ativos ambientais indicando serviços ambientais relacionados à água, solo e biodiversidade, e potencial condição de balanço positivo de carbono, difere o PIB dos Territórios em relação ao PIB Agricultura dos Municípios.

### **Considerações das principais lições apreendidas e desafios a futuro**

O estudo sobre a aplicação do conceito de fundo e fecho de pasto e das estratégias econômico-produtivas acompanhantes no Estado da Bahia permite destacar as seguintes lições estratégicas apreendidas:

**Lição 1: - As comunidades de Fundo e Fecho de Pasto no Estado de Bahia têm fortes raízes de populações indígenas e de quilombolas.** Essas raízes se vêm refletidas em um **manejo territorial ancestral** que conserva a biodiversidade das caatingas e dos cerrados e gerais. O manejo dos rebanhos em forma de **“criatório extrativista de solta”** permite **gerar uma perspectiva de vida nessas áreas de semiárido** com capacidades ampliadas de produção de segurança alimentar e destaque no fornecimento de proteína animal.

**Lição 2: Mosaico de territórios e unidades produtivas territoriais.** As formas ancestrais de criatório precisam não só de uma articulação e coordenação entre as famílias de uma mesma comunidade, mas também exigem uma conexão e articulação entre comunidades ampliando assim a organização política e a conectividade do território para garantir a manutenção do seu modo de vida. Por isso a

unidade produtiva se dá no nível territorial e não na unidade familiar. A situação individual de uma família não é possível, e/ou se torna restritiva, sem as diversas formas de conexões estabelecidas como ser ajuda mútua, ampliação da capacidade de trabalho, intercâmbios econômicos.

**Lição 3: Manejo de rebanho com critérios “técnicos” comprovados.** O manejo dos rebanhos dos Fundos e Fechos de Pasto baseia-se em antigas “técnicas de manejo”, comprovadas por mais de dois séculos, de base ecológica sustentável incluindo baixos custos e em áreas comuns de solta. Essas **expressões culturais nem sempre são possíveis de ser explicadas com racionalidade ocidental**: “Perguntado aos representantes das comunidades/territórios como eles calculam ou definem o tamanho do rebanho do território: a resposta de um agricultor foi que planejam olhando”. O **Criatório de solta** de até 11 meses por ano manejados pelos caminhos de bode e do boi sem sobrelotação, mas na condição de baixa lotação potencializam resultados sustentáveis de médio e longo prazo superiores aos empreendimentos empresariais de criação intensiva. O diagnóstico da **lotação por hectare gerado como** referências de bom desempenho são capazes de orientar processos de acompanhamento e gestão: A finalização de ciclo produtivo entre 5 a 8 anos com baixo custo e ativo ambiental; Os **Intervalos entre partos** no manejo de bode prolongados, próximos de 1 anos, com a conservação ambiental da caatinga; O **papel estratégico dos criatórios** compensando as perdas das roças e garantindo a subsistência em momentos de crise (como a seca).

**Lição 4: Os Fundos e Fechos de Pasto preservam os biomas com ativo ambiental.** Essas contribuições ainda não são contabilizadas e nem considerados em maior dimensão e expressão no debate político. Ativos ambientais são observados pela conservação da água, do solo e da biodiversidade. Os fluxos de fauna e flora presentes nos territórios indicam 199 espécies arbóreas (Anexo 2) e 98 espécies de animais (Anexo 3), em mosaicos de fragmentos florestais cujo processo de fragmentação mantém condições favoráveis de hábitat. Estas condições sugerem ainda territórios com potencial balanço de carbono positivo.

**Lição 5: Estratégias de diversificação com perspectiva a segurança alimentar.** Dá-se maior ênfase no criatório de bovinos (Oeste de Bahia) ou uma mistura de bode, boi e ovelha com destaque no bode (no Norte de Bahia). Por outro lado, a diversidade de cultivos em pequenos roçados (2-3 hectares) com bons rendimentos para o semiárido nordestino no Brasil. O sistema de produção e vida permite a segurança alimentar (cerca de 70 diferentes produtos produzidos e consumidos) possibilitando o acesso também a produtos – por meio da compra ou troca em momentos restritivos (cerca de 17 diferentes produtos comercializados). Há um forte intercâmbio (comercialização) interno, no território e entre territórios.

**Lição 6: Os Fundos e Fechos de Pasto geram renda.** O estudo desmitificou o preconceito quanto ao potencial produtivo dos FFP. Os 10 territórios estudados produziam cerca de 18,7% do PIB Agricultura dos 10 municípios, com 10,7% do pessoal ocupado. A produtividade econômica do trabalho nos territórios (15,64 R\$/dia) é 75% superior da agricultura dos 10 municípios sede (8,92 R\$/dia).

Lição7: **Inovações tecnológicas sociais.** Sobre as práticas produtivas dos Territórios FFP, consideradas de construção ancestral do modo de vida, foram-se introduzindo processos e fatos técnicos alternativos sustentáveis de base agroecológica ocorridos em período de cerca de 15 a 20 anos e promovidos por entidades de apoio (IRPAA, SASOP, AATR, CPT) tornando-se, na história dos territórios, ferramentas e metodologias a fortalecer o modo de vida. A gestão estratégica das assessorias em um processo de ampliada demanda de trabalho e de cenário de grande impacto da grilagem em suas diversas e ampliadas formas e capacidades, exige das entidades estratégicas, métodos e ferramentas adequadas (referências).

Lição 8: **Os territórios se encontram em diferentes condições e tendências de fragmentação por fatores climáticos e diferentes formas de grilagem promovidas, direta e indiretamente, por projetos de desenvolvimento em contexto.** Apresenta-se uma diferenciação dos territórios com mais ou menos condições de resiliência e perspectiva de sustentabilidade. Há territórios com proporções de áreas que hoje precisam de medidas de repovoamento da caatinga (recaatingamento). Os **anos de seca** e seguramente as mudanças climáticas cada vez mais presentes agudizam a disponibilidade de água e com isso, especialmente, nas possibilidades de produção agrícola, com impactos maiores nos territórios que dispõem de menor acesso ao recurso água. Já não é possível produzir grão (milho e feijão). Hoje muitas famílias dependem da compra de semente ou do próprio produto para a alimentação da família e às vezes dos rebanhos. A questão hídrica deve-se ser analisada juntamente com a questão fundiária e territorial. As ameaças pelas empresas de mineração, eólicas e o agronegócio, influenciam fortemente na sustentabilidade dos FFP. Os territórios que sofreram processos de ameaças (externas) optaram por mudanças na organização e introdução de inovações na sua forma de produção, especialmente passando de um sistema “extensivo” de criatório a um sistema “intensivo” com criação cercada em piquetes, plantio de suporte forrageiro nas áreas de rocas e áreas de pastagens plantadas. Ao mudarem **elevam os custos de produção** e sendo comparativamente menos atrativo e **economicamente menos rentável** em relação ao manejo “tradicional”. A **análise dos custos de produção** interpreta que custos superiores a 15% sobre os preços recebidos podem indicar, em alguns territórios, que as famílias optaram por mudanças e técnicas no manejo do criatório até sistemas mais intensivos.

Considerando essas lições apreendidas do estudo formulam-se **os seguintes desafios** prioritários para os cenários futuros:

**(1) O conceito de território. A defesa jurídica, organizativa e técnica** dos fundos e fechos de pasto não considerou, suficientemente, a dimensão e o conceito de território. A limitação das demandas territoriais (área a ser regularizada) em aproximadamente 2.500 hectares, estabelecida constitucionalmente, além de não ser suficiente para a manutenção das comunidades e territórios FFP pode estar representando o critério de definição da área dos territórios de muitas comunidades. A definição da área de produção e vida, considerando o conceito de território, deve superar limites geográficos e políticos estabelecidos por um determinado número de famílias e comunidades, de um projeto de assentamento ou de um município/região.

**(2) Acesso ao recurso elementar água.** A análise do **acesso a água**, tanto nos capítulos de análise comparativa dos territórios sobre os resultados, assim como nos estudos de caso de cada território do Anexo 1 procurou qualificar o diagnóstico sobre a **condição restritiva e progressiva deste elemento estrutural**. Os **cenários de falta de água** observados (vendo diferenças substanciais entre os territórios com e sem acesso à água) demonstrou a **necessidade de buscar alternativas**. Este tema deve ser considerado estratégico na execução dos projetos das organizações de representação das comunidades e das entidades de apoio. O resultado do diagnóstico da **pequena capacidade de uso das estruturas instaladas de armazenagem** via cisternas principalmente, indica referências para construir alternativas de ampliação da capacidade de uso das estruturas instaladas. A **necessidade de buscar soluções argumentando que a alternativa de poço para os roçados dos territórios deve ser debatida diferentemente do agronegócio** deve compor esta pauta considerando que este tema faz parte da agenda das comunidades. O estudo diagnosticou algumas situações orientadoras em contexto: a precipitação anual possui **histórico de curva descendente** conforme afirmam as comunidades e o histórico dos resultados de produção; a distribuição do período de chuvas no ano se modificou, **os plantios não ocorrem mais concentradamente** e são identificados pequenas secas no período anual de chuva; a **concentração** das chuvas em determinado momento do período de chuva afirma, e/ou confirma, a **presença de eventos extremos**.

**(3) Intensificação da produção.** A situação nos territórios caracterizados como de “risco a manutenção do modo de vida”, e relacionadas a intensificação convencional dos criatórios (retirada da caatinga e cerrado e substituição por pastagens cercadas na forma de piquetes), exige acompanhamento específico pelas entidades de apoio e assessoria. O diagnóstico descrito não aponta diretrizes simples, e destaca, no contexto do semiárido, e em contexto de ameaças estruturais, a necessidade de novas perspectivas estratégicas para **os papéis dos territórios FFP relacionados prioritariamente a produção de alimentos**. O destaque sobre o **papel ambiental como conservadores de ativos deve ser considerado. Colocar na agenda interna de cenários futuros o tema da energia pode ser relevante**.

**(4) A sucessão das unidades familiares, os jovens, gênero e a economia da produção.** A perspectiva de gestão da produção – especialmente em relação aos processos de agroindustrialização – é econômica e socialmente interessante se **relacionados aos temas juventude e mulher**. O tema juventude observado no estudo diagnosticou sua presença por processos e projetos específicos nos territórios destacando a organização social por grupos de jovens. Neste cenário, não foram identificadas alternativas específicas, em destaque, sobre diferenciadas formas de organização na economia da produção pelos jovens, mas com sua participação. O contexto é de queda acentuada da oferta de mão de obra nas famílias, e via de regra, de projetos para os filhos fora dos territórios e da agricultura, ainda que se confirme que comparativamente aos cenários da agricultura familiar no Brasil, o modo de vida e os territórios de comunidades possuem atrativos superiores para manter os jovens nas comunidades. **A possibilidade de interesse ampliado da juventude em processos econômicos** que ampliem a condição de domínio na cadeia produtiva (agroindustrialização) deve ser considerada importante. **A questão da mulher** nos territórios, pode romper desafios ao planejar o projeto de sucessão das unidades produtivas. Via de regra este tema é discutido não excluindo diretamente, mas não incluindo necessariamente a perspectiva de sucessão pela filha mulher. A agroindustrialização e/ou beneficiamento na cadeia de valor deve fazer parte da agenda estratégica

pela sua **capacidade de ampliação de trabalho correlacionada aos temas da juventude e da mulher**. O estudo identificou processos internos de organização da produção relacionados ao tema e, alertou para **características importantes do modo de produção FFP**: considerando o histórico de gerações do sistema de produção praticado como a capacidade de renda aferida pela produtividade do trabalho, pode, para determinados projetos de beneficiamento/agroindustrialização, reduzir valor e gerar postos de trabalho (ampliar a demanda), fato que necessita ser explicitado nos projetos propostos e executados já que determinaria grande impacto no modo de vida.

**(5) Gestão estratégica das assessorias.** A análise de gestão dos territórios, diferenciando “tipos de resiliência” do modo de vida, permite derivar algumas recomendações referentes a **gestão estratégica das assessorias**. A ação das entidades tem se mostrado aberta aos grandes desafios que são colocados pelo caráter original das comunidades de fundo e fecho de pasto, entre outros o de afirmarem o conceito de território ampliando a tradicional luta pela terra. Esta afirmação não exclui contradições inerentes a um processo de ampliada demanda de trabalho e de construção de consensos em cenário de grande impacto da grilagem em suas diversas e ampliadas capacidades. No contexto atual, reúne grandes empresas e o estado, em um projeto desenvolvimentista que considera essas áreas como terras desocupadas e sem uso (vazios demográficos). Neste contexto o estudo avalia a **necessidade metodológica e estratégica** para as entidades de assessoria de ampliar sua capacidade de reunir esforços, montar cenários de ação ainda mais conectados **superando ainda mais os limites da compartimentalização das áreas de conhecimento**. Considera-se que o trabalho de formação política das comunidades incorpore de modo mais orgânico e sistemático a dimensão da produção/reprodução (econômico-ecológica), quase sempre desenvolvida de modo mais técnico e independente da formação política. Por outro, as comunidades de fundo e fecho de pasto colocam desafios ao trabalho de assessoria técnico-agronômica, sobretudo pelo caráter de organizar-se com base na família ampliada e não com base na família unicelular. Em algumas comunidades identificou-se essa tensão de privilegiamento de algumas famílias unicelulares em detrimento do caráter comunitário que caracteriza a territorialidade das comunidades de fundo e fecho de pasto, prática social que se reproduz a mais de dois séculos. O **estudo preocupou-se em gerar ferramentas e método** (referências), e/ou considerar hipóteses sobre ferramentas e método, defendendo e/ou fortalecendo a tese sobre o modo de vida ser capaz de revelar contradições alternativas de desenvolvimento. A assessoria demandada pelos territórios FFP parece desafiar a **um novo momento de “rompimento agroecológico”** considerando o conceito mais amplo de agroecologia do que relacionado unicamente a produção, e, assim, duas perspectivas a qualificar esta afirmativa: primeiro sobre os criatórios onde aceitar a elevada capacidade de resultados do pastoreio de solta exige acompanhar gerando referências e métricas comparativas (pesquisa no acompanhamento); a segunda perspectiva sobre a assessoria de processos, ou de gestão, onde novamente aceitar o modo de vida e produção FFP como um sistema de produção específico, e de elevada capacidade de resultados na combinação roça, extrativismo e criatório, exige acompanhar gerando referências e métricas sobre a “melhor posse” se referindo a fala da AATR ao se referir ao enfrentamento técnico-político, no campo jurídico, da grilagem cartorial e verde.